



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A  
G A B I N E T E D E A P O I O A O V E R E A D O R D O P C P

Exmo. Senhor Presidente  
da Câmara Municipal de Lisboa  
Eng.º Carlos Moedas

**Sobre a não recondução da direção do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade**

Nos últimos dias tornaram-se públicas as decisões de não recondução em vários equipamentos culturais municipais tutelados pela EGEAC. Depois de Francisco Frazão ter sido notificado de que não permaneceria na direção artística do Teatro do Bairro Alto, veio a público a não recondução de Rita Rato no cargo de diretora do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, que exercia funções desde 2020.

Nos dois casos, as direções cessantes deixam um balanço positivo, com exposições temporárias, iniciativas culturais diversificadas, captação de novos públicos, envolvimento da comunidade educativa, tornando ainda menos compreensível o afastamento de quem conduziu estes projetos.

O Museu do Aljube – Resistência e Liberdade é um equipamento cultural municipal de referência, instalado na antiga prisão política, parte de um sistema onde foram encarcerados, torturados e submetidos a isolamento milhares de resistentes à ditadura. O museu dedica-se à memória do combate à ditadura fascista e à resistência em prol da liberdade e da democracia, constituindo um espaço insubstituível de preservação e construção da memória coletiva.

Num momento em que assistimos a tentativas crescentes de branqueamento do fascismo e de desvalorização da memória democrática, a continuidade e o reforço do projeto do Museu do Aljube adquirem especial urgência. A construção da memória coletiva não é um processo espontâneo: requer instituições fortes, projetos consolidados e orientações claras por parte do município.

A não recondução da sua direção, decidida sem que tenham sido apresentadas quaisquer razões ou critérios objetivos, segue o mesmo padrão verificado no Teatro do Bairro Alto e levanta sérias questões sobre o rumo que o município pretende imprimir à sua política cultural.

A política cultural do Município deve assentar em critérios de transparência, estabilidade e valorização dos projetos que contribuem para o desenvolvimento cultural da cidade e para a formação de uma cidadania crítica e democrática.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DE APOIO AO VEREADOR DO PCP

**Assim, o Vereador do PCP na Câmara Municipal de Lisboa vem requerer a V. Exa., nos termos do ponto 1, do artigo 23º do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, publicado no 1º Suplemento do Boletim Municipal nº 157, de 2025/11/20, que se digne a prestar os seguintes esclarecimentos:**

1. Quais foram os critérios que determinaram a decisão de não recondução da atual direção do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade e do Teatro do Bairro Alto?
2. Que orientações e projetos estão previstos para o futuro destes equipamentos?

Lisboa, 13 de Março de 2026

O Vereador do PCP

João Ferreira